

GOVERNO

Presidente afirma estar preocupado em evitar que o preço dos alimentos prejudique o povo e ressalta que o governo busca formas de reduzir o valor dos produtos

Levamos a inflação muito a sério, diz Lula

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a inflação está “razoavelmente controlada”, mas admitiu apreensão com o alto preço de diversos produtos, como alimentos e combustíveis.

“Nós levamos ela (a inflação) muito a sério, e eu acho que ela está razoavelmente controlada”, enfatizou, ontem, em entrevista a um pool de rádios de Minas Gerais. “A nossa preocupação é apenas evitar que o preço dos alimentos continue prejudicando o povo brasileiro, e é por isso que nós temos feito reuniões sistemáticas com os setores que estão, na nossa visão e na visão dos pesquisadores, mais altos.”

Lula discutiu o tema na terça-feira com o Ministério da Fazenda e disse que vai se reunir, nos próximos dias, com os produtores de carnes, um dos alimentos que mais aumentaram, com alta de 20% no ano passado. O **café** também subiu, quase 40%, no mesmo período.

Ele disse estar confiante de que o governo vai conseguir reduzir os preços e frisou que “a economia está bem”. “Temos consciência de que nós vamos baixar a inflação, que vamos baixar o custo de vida e que a cesta básica vai ficar mais acessível ao povo brasileiro, porque é isso que o povo precisa: alimento barato e de qualidade na mesa”, reforçou.

A escalada de preço de alimentos tem impactado diretamente a população e, por consequência, a popularidade do chefe do Executivo.

Golpistas

Na entrevista, que durou

» Medida para reduzir valor de produtos

O governo federal considera que o plano para o escoamento da safra de grãos de 2025, apresentado ontem, pode colaborar para a redução do preço dos alimentos no mercado interno. As avaliações de ministros são de que os investimentos em infraestrutura de transportes resultarão em menor custo logístico, podendo alcançar o consumidor final. “As concessões de hidrovias, por exemplo, reduzem em quase 40% o custo das operações logísticas que hoje dependem das rodovias. Significa que, ao final, vamos trabalhar no médio e longo prazo também para ter custos de alimentos mais baratos na mesa do consumidor”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho. O governo vai investir R\$ 7,15 bilhões em medidas para escoamento da safra de grãos deste ano.

Preço do café pode subir mais

A Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) reconheceu que o preço do café pode sofrer novos reajustes ao consumidor ao longo das próximas semanas. Por isso, recomendou “consumo consciente”. As declarações foram dadas, ontem, pelo presidente da Abic, Pavel Cardoso, em evento para comentar os resultados do setor em 2024. Cardoso explicou que a escalada observada em novembro e dezembro de 2024, com aumentos que podem variar entre 20% e 30%, ainda não atingiu por completo as prateleiras. Segundo ele, esse repasse pode resultar em um impacto significativo no orçamento familiar.

mais de 45 minutos, o presidente comentou sobre os projetos da oposição para anistiar golpistas do 8 de Janeiro e para alterar a Lei da Ficha Limpa, reduzindo a pena de inelegibilidade de oito para dois anos. Com ambas as propostas, a intenção é beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro e tentar reverter a punição imposta a ele pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — o ex-chefe do Executivo foi proibido de concorrer a cargos eletivos até 2030.

“Eu acho que quem tentou dar um golpe, quem articulou, inclusive, a morte do presidente, do vice-presidente e do presidente do tribunal eleitoral, não merece absolvição”, ressaltou. “A

verdade, só o Bolsonaro sabe. Se ele quis dar golpe, ele sabe que quis dar. Por isso que ele fugiu para Miami. Se ele não fosse um homem que tivesse preparado toda essa podridão de comportamento, ele teria ficado, teria dado posse, como qualquer ser humano civilizado faria. Mas ele, não.”

Sobre a reforma ministerial, que tem sido debatida internamente pelo governo, Lula frisou que “não tem pressa” para definir as mudanças, mas que deve fazer ajustes na equipe.

Citando o PSD, comentou que ainda vai ouvir os partidos integrantes da base do governo para decidir o que fazer. O Planalto discute uma reforma ministerial que reflita o novo

arranjo das forças políticas após as eleições municipais do ano passado e que forme alianças para o pleito de 2026.

Uma das mudanças dada certa é a nomeação da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), para a Secretaria-Geral da Presidência. “Não tenho pressa, não tenho data. E, sim, vou fazer os ajustes quando eu achar necessário”, afirmou.

Pacheco

Questionado a respeito do destino do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — também cotado para assumir uma pasta —, Lula respondeu que já tem três ministros do PSD, fazendo elogios a Alexandre Silveira (Minas e Energia) e a Carlos Fávaro (Agricultura). O terceiro é André de Paula (Pescaria). O petista também afastou a possibilidade de demitir Silveira, como circulou, devido à desavença entre o ministro e o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

“O meu sonho com o Pacheco, eu já disse em uma entrevista, eu estou tentando, há muito tempo, conversar com o Rodrigo Pacheco para mostrar que ele é hoje a figura pública mais importante de Minas Gerais”, comentou. “Se ele quiser ser candidato a governador, ele poderá ser o futuro governador de Minas Gerais. É só ele querer, para a gente trabalhar, e ele possa ser eleito governador. Ele vai ter de decidir.”

O chefe do Executivo negou que tenha prazo para tomar a decisão sobre Pacheco, já que o senador entrará de férias a partir da semana que vem e viajará ao exterior. “Não há pressa, o Pacheco pode tirar férias.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Emendas estressam a relação entre Congresso e Supremo

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 25 de fevereiro o julgamento da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE), acusados de desviar recursos das emendas parlamentares. Os três pediram propina aos prefeitos dos municípios beneficiados pelas emendas. Dezenas de parlamentares estão sendo investigados em sigilo de Justiça por causa de suspeitas de irregularidades das chamadas emendas secretas.

Esse julgamento deve aumentar a tensão já latente no Congresso entre os caciques da Câmara e do Senado e o STF, em razão da suspensão da execução de emendas parlamentares pelo ministro Flávio Dino, por falta de transparência. Os presidentes de Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretendem se reunir com o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, para buscar uma solução para o impasse envolvendo as emendas parlamentares.

No caso dos deputados do PL, o sigilo da investigação foi retirado pelo relator, Cristiano Zanin, que encaminhou o caso para julgamento. Como presidente da 1ª Turma, é o responsável pela pauta. Segundo a denúncia, os três parlamentares pediram, “de modo consciente e voluntário”, propina de R\$ 1,6 milhão ao prefeito de São José do Ribamar (MA), José Eudes Sampaio Nunes. O valor seria dado em contrapartida à destinação de recursos públicos federais ao município. A PGR pede que os deputados sejam condenados pelos crimes de corrupção passiva e de pertencimento a organização criminosa. Requer também a perda da função pública.

Outro caso que eleva a tensão entre os Poderes é a investigação sobre as emendas de comissão suspensas por Dino. O caso envolve diretamente o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), que transferiu a responsabilidade de indicação das emendas para o colégio de líderes. O deputado José Rocha (União-BA), que foi presidente da Comissão de Integração Nacional da Câmara, há duas semanas prestou depoimento à Polícia Federal como testemunha do caso, a pedido de Dino.

“Formalizei aquilo que já vinha dizendo publicamente: o Arthur Lira impediu que eu cumprisse determinação do ministro Flávio Dino de apresentar os nomes dos autores de todas as emendas propostas pela minha comissão”, disse Rocha, após o depoimento. Lira teria determinado que R\$ 320 milhões em emendas fossem destinadas para Alagoas, sua base eleitoral.

Segundo Rocha, o fato de ter se recusado a liberar as emendas sem que as determinações de Dino fossem cumpridas é que levou Lira a suspender as sessões das comissões e atribuir ao colégio de líderes a responsabilidade de indicar as emendas de comissão, cujos autores não tiveram os nomes revelados, ou seja, que substituíram o chamado orçamento secreto.

Tensão entre Poderes

Estava escrito nas estrelas que as emendas parlamentares, sem transparência e rastreabilidade, se tornariam caso de polícia. Mas também que são como pasta de dente fora do tubo: não tem volta. Desde o governo Dilma Rousseff, mas também no governo de Michel Temer e no governo Bolsonaro, o Congresso avançou de forma gradativa sobre o Orçamento da União; neste ano, o equivalente a R\$ 38,9 bilhões. Assim como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o novo presidente da Câmara não pretende abrir mão dessa fatia do Orçamento. Quando fala em independência e harmonia entre os Poderes, o discurso subliminar de Motta é de que o Supremo avança sobre as prerrogativas do Congresso, quando manda sustar as emendas.

“O que nós temos de discutir com o Supremo, que não vejo como um embate, mas, sim, como um processo em que temos que diminuir a tensão, é sobre quais critérios devem ser adotados. Nós não temos dificuldade em discutir transparência e rastreabilidade. Temos confiança de que esse diálogo, que se dará agora durante o mês de fevereiro, irá apresentar, sim, uma solução e um modelo em relação ao Orçamento, para que essa página possa ser virada”, disse Motta, a propósito do contencioso sobre as emendas parlamentares.

Acontece que Dino suspendeu o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em repasses feitos pelos parlamentares que descumpriram regras de transparência e rastreabilidade. Somente uma parte dos recursos, destinados à Saúde, foi liberada pelo ministro, a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). Emendas destinadas a 13 organizações não governamentais (ONGs) e entidades que não atendiam aos requisitos de rastreabilidade também foram suspensas, em janeiro deste ano.

Segundo a própria Controladoria-Geral da União (CGU), 33 entidades, entre 676 beneficiadas pelos repasses em dezembro de 2024, foram fiscalizadas por amostragem. Apenas 15% agiram com transparência. Das 13 que tiveram recursos bloqueados, apenas uma segue com os valores bloqueados. O restante das entidades teve os repasses restabelecidos após a CGU informar ao Supremo que as entidades promoveram ajustes e agora cumprem as exigências.

Reunião com novo presidente do Consórcio do Nordeste

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula recebeu, ontem, o novo presidente do Consórcio do Nordeste, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, e outros gestores da região. Pouco antes, na cerimônia de posse de Fonteles, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que nos primeiros dois anos da gestão petista, o governo dobrou os repasses a estados, especialmente aos do Nordeste. “Se vocês pegarem a série histórica do que aconteceu nesses dois primeiros anos do

governo do presidente Lula, vocês vão ver que nós dobramos o repasse em termos de empréstimos e de aval do Tesouro, sobretudo para os estados do Nordeste. Na nossa plataforma de investimentos verdes, dos US\$ 12 bilhões da plataforma, US\$ 6 bilhões estão no Nordeste”, destacou o ministro. Recentemente, pesquisas indicaram queda na popularidade de Lula, inclusive no Nordeste, e houve cobranças de políticos da região para uma presença mais forte do presidente por lá.

Tratamento a deportados é parte de acordo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o governo se prepara para receber novos voos com brasileiros deportados dos Estados Unidos — o próximo desembarca amanhã em Fortaleza — e que não devem ocorrer novos casos de maus-tratos como os da primeira viagem sob o governo Trump.

Ele afirmou que a política de deportação e a forma como o transporte dos brasileiros está sendo realizada faz parte de um acordo estabelecido em 2019 entre Brasil e Estados Unidos. Comentou a situação flagrada no primeiro voo de

deportados, quando brasileiros desceram no aeroporto de Manaus algemados. E declarou que nos próximos voos, os brasileiros serão atendidos em solo brasileiro e não receberão o mesmo tratamento.

“Enquanto eles estão dentro do avião no país americano, são pessoas que pertencem à lei do Estados Unidos, mas quando chegam ao território nacional, são submetidos à legislação brasileira, e disso nós vamos cuidar”, ressaltou, na entrevista a um pool de rádios de Minas Gerais. “No dia 7, vai chegar um avião. Ele vai chegar a

Fortaleza. Aí, vamos ver quantas pessoas tem, de que estados são, para gente poder cuidar quando chegar aqui. Acho, inclusive, que estamos conversando com o Itamaraty e com a Polícia Federal para a gente pegar esses dados em Louisiana, onde eles embarcam.”

Viagens

Após quase dois meses em Brasília, Lula retoma, hoje, sua agenda de viagens. Será a primeira vez que embarcará em um avião depois de se recuperar de uma cirurgia na cabeça,

em dezembro do ano passado. O presidente irá, nesta manhã, ao Rio de Janeiro, onde participa da reinauguração do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), ao lado da ministra da Saúde, Nísia Trindade.

A emergência do hospital estava fechada desde 2020, e será reaberta na visita de Lula, com 50 leitos em dois espaços, adulto e pediátrico. A entrega faz parte do plano do governo para contornar a crise em seis hospitais federais do Rio, que foram alvo de denúncias de irregularidades e corrupção no ano passado. (Victor Correia e Mayara Souto)